CONGRESSO

Câmara amplia apuração de motim

Corregedoria analisa representações contra 14 deputados federais. Pedido inclui uso de imagens e oitivas para identificar envolvidos na obstrução do plenário, que gerou embate entre governo e oposição. Definição deve ocorrer até quarta

» ISRAEL MEDEIROS

Zeca Ribeiro/Agência Câmara

Diego Coronel (PSD-BA) disse que pretende se reunir hoje com Hugo Motta para conversar sobre a análise das representações

O número de deputados com chances de serem punidos pelo motim bolsonarista na Câmara dos Deputados corre o risco de aumentar. Isso porque o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) encaminhou à Corregedoria Parlamentar representações contra 14 parlamentares, mas há, entre elas, pedidos de que a Câmara apure, inclusive utilizando imagens do sistema de segurança, quem foram os congressistas que descumpriram a decisão de desobstruir o plenário.

Ao **Correio**, o corregedor da Casa, deputado Diego Coronel (PSD-BA), disse que pretende se reunir com Hugo Motta, hoje, para conversar sobre a análise das representações, já que foram encaminhadas diretamente pela Mesa Diretora. O presidente da Câmara tem compromissos na Paraíba ao longo do dia e deve chegar a Brasília apenas no fim da tarde. Também está prevista para esta segunda-feira a notificação do corregedor para que emita um parecer sobre as representações em até 48 horas.

A partir da notificação oficial, Diego Coronel vai mobilizar as equipes técnicas à sua disposição para responder aos pedidos até quarta-feira. Uma das representações foi apresentada pelo deputado Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ). "Não se está aqui pedindo cassação ou pena desproporcional. O que se propõe é a urgente e correta punição de atos indecorosos e de frontal ataque à honra desta casa legislativa. Em outras palavras, assim como a CLT prevê punições a atos de indisciplina e insubordinação, esta casa legislativa tem o dever de punir atos que desonram o parlamento brasileiro", argumentou em seu pedido.

O parlamentar pediu para que a Polícia Legislativa Federal seja oficiada para recolher material em vídeo para identificar quais parlamentares participaram da ocupação. Os requerimentos apresentados pelos líderes de partidos governistas contra congressistas específicos também pedem a realização de oitivas com testemunhas e a utilização de imagens do circuito interno de câmeras da Casa para apurar os fatos.

Os deputados que figuram na lista de possíveis punições são: Allan Garcês (PP-MA), Bia Kicis (PL-DF), Carlos Jordy (PL-RJ), Carol de Toni (PL-SC), Domingos Sávio (PL-MG), Julia Zanatta (PL-SC), Marcel Van Hattem (Novo-RS), Marco Feliciano (PL-SP), Marcos Polon (PL-MS), Nikolas Ferreira (PL-MG), Paulo Bilynskyj (PL-SP), Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), Zucco (PL-RS) e Zé Trovão (PL-SC). Desses, Carol de Toni, Van Hattem e Sóstenes são líderes partidários (oposição, Novo e PL, respectivamente).

Na quarta-feira, o **Correio** acompanhou a tentativa de desobstrução do plenário, que também foi registrada pela TV Câmara em transmissão ao vivo. O grupo que impediu o presidente Hugo Motta de chegar à cadeira da presidência da Câmara foi maior que os 14 representados. Quando o presidente entrou no plenário, depois das 22h, o grupo — que incluía deputados que não foram citados em representações — se aglomerou em torno da Mesa Diretora e impediu, por seis minutos, sua chegada à cadeira.

O líder do Novo, Marcel van Hattem (RS), foi o último deputado a se sentar na cadeira de Motta para impedir que o presidente assumisse seu lugar, e iniciasse a sessão e desse fim à obstrução. Só cedeu a cadeira depois de uma intensa discussão com colegas. Ontem, ele classificou o resultado da mobilização como "fantástico" pelos "acordos que foram construídos". Citou como exemplos a anistia e também o avanço do pedido de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes no Senado, onde a oposição também ocupou o plenário.

"Foi um sucesso. Eu quero, por isso, agradecer aos meus colegas, agradecer pela solidariedade que estamos recebendo. Todos nós, obviamente, em virtude dessa perseguição absurda que estão fazendo contra nós em virtude de uma ação que foi bem-sucedida", disse em um vídeo publicado em seu perfil no X. O parlamentar afirmou que não teme a possibilidade de punição e que é vítima, assim como seus colegas, de perseguição, já que o motim foi realizado, segundo ele, dentro dos limites legais.

"Eu não vou me intimidar. E nós todos, nenhum de nós, da oposição, vai se intimidar. Não é o nosso perfil. Aliás, quando nós entramos para esta estratégia, já sabíamos que poderia acontecer o pior, que é essa injustiça agora que estão tentando promover contra nós. Até mesmo nos suspendendo de nossos mandatos. (...) O que foi feito lá está dentro de tudo o que se espera de uma obstrução de uma oposição. Eu faria tudo de novo, está tudo dentro daquilo que é nosso direito", afirmou.

» Kassab prevê "guerra entre os Poderes"

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, avaliou que pode haver justificativas técnicas para a colocação de uma tornozeleira eletrônica no ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), bem como para sua prisão domiciliar, mas que o ambiente político pode não ser o mais adequado para essas ações no momento. As medidas cautelares foram determinadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes após o anúncio de sanções ao Brasil pelo governo dos Estados Unidos. "Existem vírgulas na política — e falo eu — que não justificam", disse Kassab em entrevista ao programa Canal Livre, da Band, ontem à noite. Para Kassab, se o clima continuar tenso entre Legislativo, Executivo e Judiciário, a situação do país poderá se agravar. "Na atual escalada, logo teremos uma guerra entre os Poderes", afirmou ele.

Carreata pelas ruas da capital

Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro realizaram uma carreata na manhã de ontem, em Brasília. Eles pediram anistia para os condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O deputado distrital Thiago Manzoni (PL-DF) organizou o evento, que teve uma participação menor de pessoas em comparação à carreata de 4 de agosto, dia em que a prisão domiciliar de Bolsonaro foi decretada.

Segundo a Polícia Militar, 40 veículos participaram da carreata. Manzoni disse ao **Correio** que o movimento é orgânico e continuará até que "a justiça seja restabelecida". O distrital disse que a insatisfação e o descontentamento com o cenário atual do Brasil é grande. "A impressão que eu tenho é que o povo não sairá das ruas até que a justiça seja restabelecida e até que o Brasil volte a ser um Estado de Direito", declarou.

A carreata, que começou na Torre de TV, seguiu em direção à residência do ex-presidente, mas a PM instalou barreiras para impedir o acesso. Os manifestantes carregavam cornetas, bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos, além de camisas e cartazes criticando Moraes. Muitos questionaram a segurança das urnas eletrônicas e defenderam o direito de Bolsonaro de se candidatar, alegando que ele foi perseguido nas eleições de 2022 com decisões judiciais consideradas exageradas.

A advogada Carolina Siebra, 38 anos, integrante da Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de janeiro (ASFAV), classificou as condenações do STF como "fora da Constituição" e com "viés político". Ela defende a anistia, mas acredita que os envolvidos devem ser punidos "dentro do escopo legal". Os manifestantes também defenderam que o STF não deve julgar pessoas sem foro privilegiado. No entanto, o entendimento da Corte é de que em crimes complexos envolvendo réus com e sem foro, a ação deve tramitar no STF para evitar decisões conflitantes.

O advogado e líder comunitário Helvídio Nunes acredita que há excessos "públicos e notórios" de Moraes e que as sanções de Trump e a Lei Magnitsky "foram reações, não foram ações". "A gente pede que o Centrão abandone o Alexandre de Moraes, que outros ministros não sejam sancionados e que o Brasil pare de sofrer e volte a ganhar", disse.

Mariana Campos/CB/D.A.Press

Bolsonaristas saíram em carreata pelo Eixo Monumental até a casa do ex-presidente

» Flávio lamenta nas redes sociais

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) postou um vídeo, ontem, no Dia dos Pais, lamentando não poder colocar nenhuma foto com o ex-presidente Jair Bolsonaro, a quem chamou de "preso político". A mensagem faz referência à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que impede Bolsonaro de usar redes sociais próprias ou de terceiros. No vídeo endereçado ao pai, o senador também lamenta que o pai não possa ver o vídeo. Na gravação, aparece uma cadeira vazia com um quadro com a imagem de Flávio ao lado de Jair Bolsonaro. O senador dirige-se à cadeira, pega o quadro e se senta. Em seguida, endereça uma mensagem ao pai. "Meu pai, esse ano você não vai poder assistir esse vídeo, você tá censurado em um país onde a censura é expressamente vedada na nossa Constituição. Você virou um preso político, mas você nos ensinou a ter fé, a ter força, a ter lealdade", disse.